

PLANOS DE ESTUDOS: desafios e possibilidades

STUDY PLANS: challenges and possibilities

Raquel Dilly Konrath¹

RESUMO: O trabalho escolar precisa ser planejado e organizado intencionalmente. Os Planos de Estudos fazem parte dos documentos que organizam e fundamentam as práticas pedagógicas da escola. Estes, por sua vez, têm a função de viabilizar a proposta política e pedagógica da escola e, por isso, precisam ser construídos e elaborados de acordo com as concepções daqueles que compõem o coletivo da escola, para que possam ser efetivados na prática. No entanto, aproximar concepção e execução ainda é um dos grandes desafios da educação, uma vez que, por inúmeras razões, assumimos posturas e práticas contraditórias e reprodutoras, não transformadoras. Uma das principais possibilidades para a transformação da educação, na elaboração e execução dos Planos de Estudos, é a reflexão crítica e a prática consciente coletiva, através de diferentes formas de ação.

Palavras-chave: Planos de estudos. Reflexão. Autonomia. Construção coletiva. Transformação.

ABSTRACT: The school work needs to be planned and organized intentionally. The Study Plans are part of the documents which organize and support the school pedagogical practices. These in turn, serve to make the political and the pedagogical proposition work, and that is why they need to be built and elaborated according to the conceptions of those who take part in the school's collective team, so that they may be effectively put into practice. However, approaching conception and execution remains one of education's biggest challenges, since we assume, for many reasons, attitudes and practices which are contradictory and reproduce and do not transform. One of the main possibilities for transformation of education, in the elaboration and execution of the Study Plans is a critical reflection as well as a conscious collective practice, through different forms of action

Keywords: Study Plans. Reflection. Autonomy. Collective construction. Transformation.

1 INTRODUÇÃO

Organizar e planejar intencionalmente o trabalho educativo se faz necessário para que a educação possa cumprir a sua função social e para que seja desenvolvida com qualidade. Por isso, analisar com criticidade a elaboração das propostas pedagógicas que organizam as práticas educativas é uma importante forma de dar sentido e avaliar a qualidade das nossas ações formativas.

Neste sentido, o presente texto apresenta os Planos de Estudos como um documento fundamental na organização intencional do trabalho escolar, como uma possibilidade de repensarmos as nossas intenções e

ações, no que se refere à finalidade da educação e ao modelo de formação que buscamos e desenvolvemos; ainda, como possibilidade de exercitarmos e desenvolvermos a nossa autonomia e autoria em relação às nossas escolhas, bem como sobre o sentido das mesmas, no que se refere ao o quê e por que ensinar.

Para que esse processo de autonomia e autoria aconteça na prática nas instituições, faz-se necessário pensarmos em espaços de reflexão, estudo e discussão coletiva, onde se possa de fato fazer escolhas, tomar decisões, analisar o sentido e as implicações das mesmas, interrogando-nos constantemente sobre a coerência entre as nossas intenções e ações, e, melhor ainda, se ocorrer no próprio ambiente de atuação.

¹ Pedagoga, especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais e mestre em Teologia: Religião e Educação. Professora no Curso Normal em Nível Médio no Instituto de Educação Ivoti (IEI), no Curso de Pedagogia e Pós Graduação do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI). E-mail: raqueldilly@terra.com.br.

2 PLANOS DE ESTUDOS: ALGUNS ASPECTOS IMPORTANTES

A educação, assim como todo o trabalho educativo dentro das instituições de ensino, não pode ser compreendida dissociada do contexto político, social, cultural e econômico em que vivemos e nos encontramos, pois, segundo Michael Apple (2008), “as escolas não existem no vácuo” e, por isso, não podem ser analisadas fora de outros contextos. Dessa maneira, podemos dizer que todas as mudanças ocorridas ao longo do tempo na educação são também resultado de mudanças em outros contextos, num âmbito maior e mais complexo. E essas mudanças na educação também implicaram novas exigências na organização do trabalho escolar.

Sugere-se hoje uma maior autonomia na organização e na elaboração dos Planos de Estudos, através de diferentes documentos e orientações legais. No entanto, conquistar e promover mudanças na prática educativa a partir da elaboração dos mesmos implica questionar, interrogar e analisar a educação de uma forma mais ampla, não reduzindo-a a um programa de ensino que deve ser cumprido ao longo de um período escolar ou letivo. E exercitar a autonomia e a autoria nesse sentido ainda nos traz muitos desafios, pois nos faz pensar antes de fazer qualquer escolha: Que educação temos? A quem servimos? Que educação queremos? Como promovê-la? Quais as nossas possibilidades reais?

2.1 ALGUMAS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

O trabalho escolar, assim como todos os outros, precisa ser organizado e planejado. Por isso, convencionou-se um conjunto de documentos que orientam e organizam a proposta pedagógica e curricular de um determinado sistema ou rede de ensino, ou seja, certos princípios orientadores que usamos para planejar, ordenar e avaliar a nossa atividade educativa, que, na visão de Apple (2008, p. 180), também são “construtos sociais”, pois também foram construídos e criados com uma finalidade mais ampla na formação de um modelo de sociedade, de uma forma de pensar e agir. Durante muito tempo na história da educação, esta organização era pensada por pessoas que não vivenciavam diretamente a prática cotidiana dentro das escolas, ou seja, os documentos que organizavam o trabalho escolar eram elaborados por técnicos e especialistas que, por não vivenciarem o cotidiano educativo, não articulavam conhecimento científico com outros saberes que advinham da própria comunidade educativa, separando, desta forma, a concepção da execução na prática pedagógica.

Com a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96, os estabelecimentos de ensino conquistaram maior autonomia na organização do trabalho educativo, pois a mesma instituiu como incumbência das instituições de ensino e dos educadores a participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola e a elaboração do seu Plano de Trabalho. Tanto o Projeto Político-Pedagógico quanto o Plano de Trabalho do professor fazem parte deste conjunto de documentos que organizam o trabalho escolar, no seu pensar e no seu fazer, apresentando as diretrizes, os princípios, os valores e a concepção filosófica, teórica e metodológica de cada contexto educativo.

Os Planos de Estudos também fazem parte destes documentos, sendo instituídos como uma parcela do currículo, com uma abordagem essencialmente pedagógica na organização dos componentes curriculares, sequência didática e atividades educativas, reforçando os princípios e as diretrizes educacionais do Projeto Político-Pedagógico.

Desde então, os Planos de Estudos são organizados e elaborados com maior autonomia e com uma maior possibilidade de participação ativa dos sujeitos que compõem o processo educativo e vêm até hoje sendo revisitados, reelaborados e ressignificados, cada rede ou instituição dentro de suas necessidades e possibilidades.

2.2 PLANOS DE ESTUDOS: FUNÇÃO E ELABORAÇÃO

Segundo as primeiras orientações dadas a todas as Redes de Ensino pelos seus respectivos Sistemas Estaduais ou Municipais, através de suas atribuições, os Planos de Estudos deveriam oferecer uma visão clara sobre o que, por que, quando, onde, por quanto tempo algo seria estudado, assim como deveriam indicar quais os objetivos, os conteúdos e a profundidade do que seria estudado em cada etapa, nível ou ano, tendo como função a viabilização do Projeto Político-Pedagógico da escola.

O Projeto Político-Pedagógico, segundo as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2010), deve ser “concebido e assumido colegiadamente pela comunidade educacional, respeitadas as múltiplas diversidades e a pluralidade cultural”. Tendo os Planos de Estudos a função de viabilizar o projeto educativo da instituição, os mesmos devem ser elaborados assegurando, através da sua organização, o percurso formativo dentro de iguais princípios e valores. Isso significa que os

Planos de Estudos são o meio pelo qual se pretende viabilizar a proposta defendida no Projeto Político-Pedagógico da Instituição e, por isso, não poderiam ser pensados e elaborados de modo desarticulado ou separado dos demais documentos pedagógicos da instituição.

Para a elaboração dos Planos de Estudos, temos como importante referência as Diretrizes Curriculares Nacionais, que definem Princípios, Fundamentos Norteadores, Base Nacional Comum e a sua parte diversificada, integradas aos vários aspectos da vida do cidadão e ao mundo do trabalho. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais²:

Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno de conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos. A organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas outros, também, de modo flexível e variável, conforme cada projeto escolar.

Além das Diretrizes Curriculares Nacionais, muito ainda se utilizam como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), que nos sugerem uma organização através da sua própria formatação, apresentando: Caracterização da Área, Objetivos do Ensino, Objetivos Específicos da Área do Conhecimento, Conteúdos e Temas Transversais, servindo assim como apoio e inspiração na elaboração de novos Parâmetros Estaduais e Municipais. Esses documentos se tornam fundamentais como pontos de referência e partida para que cada sistema, rede ou escola organize sua própria matriz curricular, mais contextualizada, de acordo com as especificidades da sua realidade, desenvolvendo e exercitando a sua autonomia e autoria na elaboração da proposta formativa, levando em conta seus princípios e fundamentos.

Todas essas referências são fundamentais, mas o planejamento da escola não pode se limitar a elas, pois, diferentemente das bases curriculares, os Planos de Estudos assumem a pauta de trabalho em torno da qual educadores e educandos constroem, organizam e pla-

nejam a sua prática pedagógica e o seu próprio processo de ensino e aprendizagem, ao longo de cada etapa, nível ou ano de ensino. Situam-se entre o Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Trabalho do professor, como elemento norteador, do ponto de vista pedagógico e metodológico, do currículo da escola, dando sentido ao ensino e à aprendizagem, numa visão mais contextualizada, relacionando os conteúdos formais, científicos e acadêmicos com a nossa forma de viver fora da escola. Como cada escola nunca é qualquer escola, também podemos dizer que cada Projeto ou Plano nunca é qualquer proposta, mas é aquela que traduz a identidade daquelas que a compõem..

Como expressão concreta do Projeto Político-Pedagógico da escola, os Planos de Estudos deveriam ser elaborados e construídos de forma articulada, refletidos coletivamente, com a participação do corpo docente e discente, discutidos com a comunidade escolar e mantenedora, levando sempre em consideração as peculiaridades e especificidades de cada contexto educativo, apresentando com transparência e coerência as intenções e os compromissos institucionais.

3 DESAFIOS: ENTRE A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO

Novos tempos! Novas necessidades! Novas exigências! Portanto, novos desafios!

Sabemos, pela nossa própria experiência pessoal e profissional, que qualquer mudança é difícil e lenta, e que não basta mudarmos leis e discursos para incorporarmos novas práticas e posturas. Que, para mudar de fato, deve-se ter o desejo de mudança, assumi-la como postura de vida e procurar condições para promovê-la, e que isso precisa ser conquistado e construído consciente e coletivamente, como já vimos anteriormente, e tratando-se de escola, onde uma infinidade e diversidade de culturas, ideias, interesses, expectativas e possibilidades se encontram e desencontram diariamente, muitos desafios ainda precisam ser superados e vencidos.

Um dos maiores desafios apontados hoje pelas instituições de ensino e pelos próprios educadores é a questão da autonomia, que de certa forma se apresenta como relativa e condicionada, uma vez que inúmeros documentos, programas, materiais didáticos e avaliações externas produzidas e implantadas pelo próprio Sistema Nacional de Educação, o mesmo que nos concede

² Art. 13, Resolução N° 7, de 14 de dezembro de 2010, CNE/CEB.

essa autonomia, direcionam e prescrevem indiretamente a pauta de trabalho educativo em todo o país.

Nesse sentido, muitos educadores hoje se sentem impotentes frente à tão sonhada autonomia na gestão pedagógica e desmotivados em relação à autoria da elaboração das propostas que orientam a prática educativa, sendo ela compreendida de certa forma como utópica ou ilusória.

3.1 ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE ESTUDOS: PARA ALÉM DA REPRODUÇÃO

A busca por uma educação mais democrática sempre esteve presente no interior das escolas, mesmo em períodos históricos mais repressores, tanto de forma isolada, silenciosamente, quanto de maneira mais ousada e revolucionária, pois, segundo Apple (1995, p. 184), “mesmo quando a reprodução de condições hegemônicas é o resultado, este nunca é simples, nunca é o resultado de uma imposição não mediada, mas sempre o resultado de conflitos e compromissos”. Isso quer dizer que, muito antes das mudanças ocorridas na legislação, já existiam diferentes movimentos tencionando por uma educação mais libertadora e que o fato de termos alcançado relativamente a autonomia na elaboração dos documentos que organizam o trabalho escolar também não significa alcançá-la na prática, pois o cotidiano escolar, assim como todos os outros segmentos da sociedade, é repleto de contradições, de avanços e retrocessos. São muitas as causas que hoje se apresentam como desafios para pensarmos em mudanças: a falta de coletividade e reflexividade nas intenções e ações, as difíceis condições de trabalho na educação, as inúmeras imposições externas, a resistência e a influência exercida por diferentes fatores que ocorrem dentro e fora do contexto escolar, mas interferem e se relacionam direta e indiretamente nas práticas educativas que ocorrem na escola, entre vários outros. Porém, não podemos usá-las como impeditivos para promover reflexões, estudos ou para resistir à mudanças no que se refere à nossa forma de planejar e organizar o nosso processo formativo.

3.2 DESAFIOS: REFLEXÃO E TRANSFORMAÇÃO

Transformar a educação através de uma boa proposta de Planos de Estudos mais interdisciplinar, contextualizada, significativa, que dê sentido às nossas ações e reconheça as diferenças, é uma das principais metas da maioria das escolas hoje. No entanto, efetivar e executar esta proposta através de práticas pedagógicas democráticas é um dos principais desafios, principalmem-

te porque a escola é uma instituição social compartilhada por muitos. Todas as etapas do processo de elaboração, como também as ações advindas dessa reflexão, deveriam ser assumidas coletivamente como posturas educativas pessoais e profissionais no grupo, dentro e fora do ambiente escolar.

Novas necessidades frente aos diferentes Programas Nacionais de formação de educadores, como o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, ou então a partir da implantação de propostas impostas pelos sistemas externos, motivam muitas redes de ensino a reelaborarem, revisitarem ou reverem seus Planos de Estudos. Esses, como outros Programas Nacionais, Estaduais e ou Municipais, tornam-se paradoxais, uma vez que, ao mesmo tempo em que prescrevem indiretamente a matriz curricular, também nos possibilitam uma nova oportunidade de reflexão coletiva sobre a razão e o sentido das nossas escolhas formativas. No entanto, em muitos contextos a primeira sugestão ao se propor a reelaboração dos Planos é uma simples mudança de nomenclatura de séries para anos, um reposicionamento de objetivos e conteúdos ou a introdução de novos termos sugeridos nesses programas, como se essa mudança significasse uma real transformação na ação educativa e na prática formativa.

Pouco ainda se reflete sobre a importância desse momento e sobre a oportunidade da construção coletiva em relação às demandas, desafios, sentido das escolhas, para propor novas alternativas ou mudanças, pensando numa proposta mais contextualizada, significativa e dialogada entre os diferentes Componentes Curriculares.

A discussão em torno dos fundamentos, metas e objetivos comuns na formação do aluno a partir dos princípios políticos, éticos e estéticos muitas vezes também fica num segundo plano, sem nos darmos conta de que são esses que deveriam orientar e definir as demais etapas do processo de ensino e aprendizagem. No entanto, o desejo por um momento para definir os conteúdos específicos de cada Componente Curricular em cada ano geralmente é intenso. Vemos poucas práticas e experiências onde profissionais de diferentes Níveis, Etapas e/ou Componentes Curriculares socializam e compartilham suas concepções e construções em prol de uma proposta mais contextualizada e significativa conforme a realidade do contexto escolar, levando em conta a formação do aluno, ou seja, “o aluno que se pretende formar” sem “formatar” com currículos padronizados e homogêneos. Em muitos casos, opta-se pela continuidade do programa antigo, em defesa do tempo e da

quantidade de conteúdos que se tem para passar e da imposição de exigências externas.

Estas práticas e experiências nos apontam que ainda temos um longo caminho a percorrer quando o objetivo é aproximar concepção e execução.

4 POSSIBILIDADES: IMPORTÂNCIA DA AÇÃO COLETIVA

Considerando todo o contexto contemporâneo e as inúmeras mudanças em todos os segmentos da sociedade, faz-se cada vez mais necessária a reflexão crítica sobre a prática, pois, caso contrário, somos facilmente conduzidos a ações reativas, espontâneas, rotineiras, desenfreadas e desordenadas, levando-nos de certa forma à reprodução. Precisamos nos dar conta de que foi-se o tempo em que os Planos de Estudos eram apenas uma relação de conteúdos programáticos para uma determinada série, ano ou turma, entregues ou apresentados aos educadores no início de cada ano letivo, esperando a sua execução, sem questionamento, sem participação e sem reflexão.

Segundo Antônio Flávio Barbosa Moreira (2000, p. 74), o currículo hoje abrange praticamente todo e qualquer fenômeno educacional, ou seja, envolve todo o processo de ensino-aprendizagem, todas as relações, experiências e ações do cotidiano escolar. Como estas se transformam e mudam constantemente, de acordo com o grupo que as vivencia ou as significa, precisa ser constantemente analisado, discutido e repensado, pelo conjunto da escola, pois precisa retratar a identidade da mesma, o seu pensar e o seu fazer. Por isso, os Planos de Estudos precisam ser discutidos e elaborados a partir das necessidades e das convicções do coletivo da escola, para que todos se sintam parte do processo educativo. Pensar e refletir sobre os conhecimentos a serem ensinados na escola e pela escola precisa ser objeto de estudo e pesquisa de todo o conjunto da instituição, e não apenas de um grupo. A partir dessas escolhas, a escola define os fins que deseja atribuir à educação e ao ensino.

De acordo com Apple (2002, p. 39), “é fundamental que os educadores se questionem sobre o tipo de conhecimento que vale a pena ensinar, pois a escolha do que deve ser ensinado não se trata apenas de uma questão educacional, mas se trata de uma questão ideológica e política”. O autor coloca que o currículo sempre esteve e estará atrelado à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião. Desta forma, ao se propor uma mudança e uma atualização nos Planos de Estudos da escola, se faz necessário também discutir sobre o

sentido e a razão deste dentro do espaço escolar. Tornam-se necessários o questionamento e a reflexão sobre as escolhas do grupo e principalmente sobre a razão dessas escolhas, pois pensar na proposta curricular numa escola em busca da transformação social significa pensar em Planos de Estudos que contemplem os diferentes e as diferenças dentro da sociedade, sem formas de discriminação e distinção.

Apple (2002, p. 41) também coloca a importância da escola estar conectada com a realidade e com as práticas do cotidiano da instituição, para que suas escolhas possam interferir significativamente na vida das pessoas envolvidas no processo educativo, de forma a melhorar a formação e a convivência humana. Conforme Apple (2002, p. 41):

As teorias, diretrizes e práticas envolvidas na educação não são técnicas. São intrinsecamente éticas e políticas, e em última análise envolvem [...] escolhas profundamente em relação [...] ao bem comum.

Ao objetivarmos mudanças nos Planos de Estudos, precisamos ter a clareza de que esta mudança não se refere apenas a definir objetivos, escolher conhecimentos e metodologias novas, mas principalmente à mudança de postura e de relações, capazes de transformar também as práticas e as ações no contexto escolar.

Isto de forma alguma significa desconsiderar, na elaboração dos Planos de Estudos, os princípios, fundamentos e conhecimentos básicos do Currículo Nacional, subjacentes aos sistemas de avaliação de caráter nacional. No entanto, isto desafia o grupo de educadores da escola a enfrentar hoje uma questão nunca resolvida até agora: significar na prática a tensão e a contradição entre os mecanismos de centralização e de descentralização do sistema escolar. Nesta perspectiva, Silva (2006, p. 229), ao mesmo tempo, nos provoca e nos motiva ao dizer que:

A escola pode e deve se arrogar o direito de elaborar com relativa autonomia seu próprio currículo. Ao menos no plano do discurso pedagógico, torna-se viável a hipótese de um currículo no qual as prescrições genéricas das autoridades governamentais e escolares possam receber o contraponto das proposições específicas dos membros da equipe escolar.

Provocar e promover mudanças na busca de uma implantação de Planos de Estudos mais democráticos, que contemplem as necessidades, potencialidades e a realidade de sua comunidade escolar, a pluralidade cultural, com vistas a um trabalho interdisciplinar, significa-

tivo, que dê espaço para toda a diversidade presente, numa relação de diálogo e autonomia, significa romper com muitos paradigmas até hoje presentes na educação, muitas vezes engessados de tal forma que se tornam difíceis de serem rompidos e quebrados. Segundo Luiza Helena da Silva Christov (2006, p. 12):

[...] as formas antigas de estudarmos nossa realidade, a partir de categorias previamente postuladas e de modelos de análise que enquadram e silenciam possibilidades de compreensão, devem ser substituídas por análises que contemplem a complexidade e a dinâmica surpreendente de um cotidiano denso de relações e trajetórias de múltiplas significações.

A autora nos provoca, com uma importante reflexão, a nos autorizarmos a pensar em possibilidades além daquelas até agora já pensadas e/ou construídas por outros, que nos condicionam a pensar e a fazer sempre do mesmo jeito. Pensemos juntos: Não queremos Planos de Estudos que padronizem e uniformizem a educação, as escolas, os educadores e os educandos, que desconsiderem as diferenças em todos os seus níveis, mas um Plano que, segundo Apple (2008, p. 270), “se volte ao coração, à cabeça e às mãos de todas as pessoas”, ou ainda, “que seja uniforme em termos da maneira que pensamos sobre uma educação para todos”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conquistar o espaço frente à autonomia que temos na elaboração de propostas pedagógicas que definem e orientam as práticas educativas não é suficiente, quando não é assumida consciente e intencionalmente como postura pessoal e profissional dentro e fora da escola, pois não se trata de uma função meramente técnica e educativa, mas política e ética.

Se quisermos conquistar uma educação mais participativa e democrática, com condições favoráveis para atingirmos mudanças significativas na qualidade de ensino, aprendizagem e na vida das pessoas, ainda nos são necessárias inúmeras reflexões e interrogações.

A autonomia e a autoria em qualquer medida na educação não poderão ser conquistadas se não forem promovidas e exercitadas diariamente com posturas, prá-

ticas e ações coletivas, de forma participativa, articulada e organizada, aproximando de fato a concepção da execução, mesmo que não de maneira absoluta. Os Planos de Estudos, nesse sentido, poderiam nos trazer algumas possibilidades de mudanças, superando a ideia de que são somente um documento elaborado para cumprir uma exigência legal e burocrática. No entanto, embora as referências educacionais tenham em suas bases um pensamento mais contextualizado e globalizado, ainda hoje desenvolvemos na prática um ensino voltado para uma visão unilateral de mundo.

Fica a todos essa reflexão e provocação!

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- _____. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero na educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- _____. Pensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Thomaz Tadeu (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 39-57.
- _____. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Thomaz Tadeu (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 39-57.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CEB, N° 7, de 14 de dezembro de 2010*. 2010. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE007_2010.pdf>. Acesso em: 05 maio 2014.
- CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico. In: GUIMARÃES, Ana Arangelo et al. *O coordenador pedagógico e a educação continuada*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006. p. 9-13.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. O campo do currículo no Brasil: os anos 90. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SILVA, Celestino Alves. Supervisão, currículo e avaliação. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Supervisão escolar para uma escola de qualidade*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 223-233.